In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). Coleção O Brasil Império Vol III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (no prelo).

Apropriação de Idéias no Segundo Reinado[*]

Angela Alonso[**]

"Nenhuma reforma se fez útil e definitiva
sem padecer primeiro as resistências da tradição, a coligação da rotina (...).
É o batismo das boas idéias; é ao mesmo tempo o seu purgatório."
Machado de Assis, O Cruzeiro, 7/7/1878

1. As idéias como problema

Sílvio Romero tem a mais influente interpretação sobre o movimento de idéias no Segundo Reinado. A metáfora, de 1878, é de pássaros em revoada. Situação caótica, na qual pretensos intelectuais tupiniquins imitam pobremente os desenvolvimentos de teóricos estabelecidos na Europa.

Escrevendo nos anos 1870, Romero era parte do que julgava. Quem voltou depois ao assunto negligenciou esse fato. Caso da linhagem da história das idéias, de que Cruz Costa (1956) e Antonio Paim (1966) são epígonos. Adotando uma perspectiva cognitiva, reduziram o movimento aos seus escritos e classificaram os textos em escolas, conforme sua filiação a teorias européias. Seria, assim, um movimento de intelectuais, mais especificamente de filósofos. Estudos com outro foco aceitaram esse suposto, seja por circunscreverem o movimento às instituições de ensino ou pesquisa (Castro, 1995; Schwarcz, 1993), seja por tomarem seus componentes como "intelectuais" (Nogueira, 1984, 2000; Sussekind & Ventura, 1984; Carvalho, 1998).

Outro grupo de intérpretes olhou o movimento do ângulo da posição social de seus membros. Sempre falando de "intelectuais", segmentaram o movimento em classes sociais e identificaram ideologias correspondentes. Hall (1976), por exemplo, associa classe média ao "novo liberalismo"; Carvalho (1989) faz o mesmo para o "positivismo ortodoxo". A burguesia paulista do café fica com "liberalismo democrático" e "positivismo ilustrado" (Bresciani, 1993) e a urbana, com o darwinismo social (Graham, 1973). E assim por diante.

Estudos sobre a formação social brasileira equacionaram a questão como linhagens doutrinárias de longa duração, caso de Faoro (1976) e Morse (1988), sem atentar para suas modulações contextuais. Em Sérgio Buarque de Holanda (1972) aparece a tese de um desajuste entre sistemas de pensamento importados e a realidade brasileira, retomada por

[*] Esse artigo resume o argumento de meu livro *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Anpocs/Paz e Terra, 2002.
[**] Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisadora do Cebrap.

Schwarz (1989), agora de dentro da estrutura da obra literária. Nesse prisma, a descrição de Silvio Romero vira sintoma. Essa experiência social, o "sentimento de imitação", é explicado por referência ao desenvolvimento caudatário do capitalismo entre nós. O par centro/periferia estrutura o argumento, apontando sempre o descompasso entre idéias modernas e sociedade atrasada. Daí a necessidade de adaptação. Schwarz entrevê funções novas para o liberalismo, que ganha versão reacionária para se aclimatar, mas não atentou para o sentido contrário, como o radicalismo – já veremos - que o positivismo adquiriu por aqui. Além disso, buscou conectar a lógica dos textos à lógica da formação social, não se detendo nas ações concretas de seus autores nem na conjuntura sociopolítica de que emergiram.

Essas análises têm por pressuposto comum tomar o movimento de idéias como estritamente *intelectual*. Isso supõe um campo autônomo. Ora, no oitocentos brasileiro não havia instituições intelectuais estrito senso, mas antes uma única carreira pública, incluindo postos políticos, diplomáticos e no ensino. Ao descurar desse dado de realidade, compraram a interpretação dos próprios agentes, endossando como fato sua construção ex-post como homens de letras apartados da política prática. Assim, seccionaram o objeto em dois pedaços: autores de obras intelectuais, de um lado, e ativistas políticos, de outro, e cobraram dos primeiros que cumprissem requisitos de qualidade acadêmica que jamais visaram.

Outra suposição comum é de que havia um fosso tão grande entre as realidades metropolitanas e as coloniais que quaisquer idéias emprestadas ficariam necessariamente deslocadas. Por conta desse peso na diferença, não se prestou atenção nas semelhanças e nos padrões compartilhados por países, afinal, membros da mesma civilização ocidental. E, ao mesmo tempo, se obscureceram os elementos genuinamente singulares com os quais o movimento da geração 1870 podia dialogar, isto é, a tradição brasileira.

Tais interpretações compartilham a pergunta sobre o sucesso da "adaptação" de teorias estrangeiras à realidade brasileira. Posto assim, o sujeito do processo ficam sendo as idéias. Elas "influenciam" ou "contagiam" os agentes, meros suportes. Aos membros do movimento não se concede nenhuma perspicácia, nem capacidade de discernimento da própria situação, menos ainda de seleção interessada das idéias. Desconsidera-se, pois, toda e qualquer agency. O caráter de ação coletiva do movimento da geração 1870 fica simplesmente de fora.

Levá-lo em conta obriga abandonar Sílvio Romero, trocando os óculos das idéias estrangeiras pelo da conjuntura nacional. Boa parte da sociologia da cultura mais recente passou do estéril debate em torno da supremacia das práticas sobre as formas de pensar ou vice-versa para abordagens que enfatizam os vínculos entre cultura e experiências sociais concretas. Uma ala dessa literatura se avizinhou da sociologia política. Desse contato surgiram abordagens como a de Ann Swindler (1986), que focaliza a adoção seletiva de recursos culturais em repertórios. O relevante são as estratégias de ação dos agentes, o *uso* que fazem de elementos do repertório e, de modo algum, sua consistência teórica. Donde sua definição metafórica, como “caixa de ferramentas”. Essa pista encaminha a troca do problema da *imitação* para o da *apropriação* de idéias estrangeiras. Isso significa supor dos agentes capacidade de escolha interessada de idéias conforme as experiências que vivem e os dilemas que enfrentam.

Swindler, contudo, restringe seu conceito de repertório a dimensões simbólicas, focalizando esquemas explicativos e formas de linguagem. Doutro lado, no coração do debate sobre movimentos sociais, Charles Tilly (1993) adotou o mesmo conceito, mas dilatou-o de modo a fazer caber a dimensão prática. Os repertórios *de ação coletiva* são um conjunto de formas de simultaneamente pensar e agir nascidos em meio a conflitos políticos. Seus componentes são sujeitos, por isso, a reinterpretações e usos não óbvios, conformes aos agentes e às conjunturas. É isso que os movimentos sociais fazem o tempo todo.

Considerando a inexistência de um campo intelectual autônomo no Brasil do XIX, o movimento da geração 1870 pode ser tomado como um movimento social como outro qualquer, podendo, pois, ser analisado pelo esquema conceitual da teoria do processo político, onde Tilly acoplou seu conceito de repertório. Desse ângulo, fica crucial desvendar a *estrutura de oportunidades políticas* que propicia a formação do movimento. Tilly (1978) argumenta que razões estruturais para a mobilização coletiva sempre existem, a questão é entender quais particularidades de dada conjuntura levam a ação coletiva à efetividade. Comumente movimentos surgem quando mudanças estruturais acarretam crises no arranjo político entre elites. As fissuras geradas pela mudança, Tarrow (1994) acrescenta, abrem novas linhas de ação no ambiente político, incentivando mobilizações coletivas por parte de alijados pela coalizão política no poder. A dilatação da estrutura de oportunidades políticas dá, assim, condições para emergência de movimentos coletivos. Se

é assim, no nosso caso cabe perguntar qual a estrutura de oportunidades políticas na qual se configurou o movimento da geração 1870.

Para conectar a estrutura de oportunidades políticas com a incorporação de idéias, é necessário reconstruir a experiência vivenciada pelos agentes. O conceito de Mannheim (1997) de *comunidade de experiência* serve bem aqui. Ele permite circunscrever as dimensões da estrutura de oportunidades políticas que efetivamente impactam uma "unidade de geração", isto é, apenas os contemporâneos que vivenciam concretamente mesmos processos estruturais, desenvolvendo em decorrência laços efetivos entre si e sentimentos e idéias aparentados.

Estrutura de oportunidades políticas, repertório e comunidade de experiência formam o arcabouço conceitual para uma abordagem política do movimento da geração 1870. De posse dele vou argumentar que seus membros não usaram as idéias européias para construir teorias abstratas, mas como meios de contestação política ao Segundo Reinado.

2. As razões da mobilização

O movimento da geração 1870 se configurou no momento em que a lenta desagregação de nossa formação social colonial emergiu como tema do debate político, isto é, como problema exigindo equacionamento. Três dimensões dessa estrutura de oportunidades políticas demarcaram os parâmetros da comunidade de experiência dos membros do movimento da geração 1870.

O debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Liberal. Outros, sobretudo os Conservadores "Emperrados", temiam que quaisquer reformas solapassem as instituições políticas e a hierarquia social. O confronto entre essas facções explicitou-se na virada da década de 1860 para a de 1870, quando os Liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador e a parte moderada do Partido Conservador enfrentou os Emperrados iniciando uma reforma modernizadora. A conseqüência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre facções da elite que mantinha o status quo imperial. Parte do Partido Liberal

abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano[1].

Descontentes sempre existem, mas nem sempre existem meios de vocalizar insatisfações. A modernização conservadora carreada pelo gabinete Rio Branco (1871-1875) ampliou o acesso aos canais públicos existentes e criou novos. Visava, na verdade, implantar a infra-estrutura e o pessoal técnico para a expansão capitalista. Malogrou em parte, mas foi bem sucedida em instalar telégrafo e ferrovias e em baratear os custos dos jornais. Essa expansão das comunicações propiciou a formação de um espaço público paralelo à vida parlamentar, onde descontentes de longa data podiam se expressar. Eles foram adensados pela reforma do ensino superior, parte do pacote modernizador, que franqueou o acesso às faculdades da elite para jovens "mal nascidos".

A combinação entre crise política e modernização econômica criou um ambiente favorável à expressão de grupos marginalizados pelas instituições políticas imperiais. Produziu também um outro efeito inesperado. No debate intra-facções da elite, todos os temas tabus do Império viraram assuntos públicos. Os conservadores emperrados fizeram boa parte deste trabalho ao explicitarem e justificarem os princípios tácitos da sociedade imperial: a monarquia, a escravidão, a religião de estado. Assim trouxeram à luz a tradição imperial, bases de legitimação do status quo. E, ao fazê-lo, apontaram os assuntos melindrosos, mais suscetíveis ao ataque de contestadores.

A nova estrutura de oportunidades políticas, portanto, constituiu um espaço público, ampliou o número de participantes potenciais dele e delineou uma nova agenda de temas e problemas. Nesse cenário, grupos sem acesso às instituições políticas imperiais puderam exprimir seus dissensos. Vários deles escreveram panfletos e artigos de jornais, fizeram comícios e manifestações a partir de fins dos anos 1870. Os "intelectuais" da geração 1870 foram parte dessa agitação.

Quem eram eles? Ao contrário do que muitos intérpretes apregoam, não há uma única extração de classe englobando todo o movimento. Há antes bastante diversidade de origem. A explicação para essa mobilização deve ser buscada nos microcontextos de experiência social. Neles delineiam-se modalidades de marginalização. Os membros do movimento da geração 1870 se distribuem em círculos concêntricos em distanciamento progressivo em relação a um ou ambos dos dois centros de poder do Império: o poder

[1] Para uma análise das dinâmicas parlamentar e partidária no Império, veja-se Carvalho, 1980,1988.

social da sociedade de corte, cujo pólo era o Imperador, e o poder político, o controle das instituições de comando do regime, sob hegemonia do Partido Conservador.

Mais perto da sociedade de corte estavam os Novos Liberais. Vinham de famílias da elite alojadas no Partido Liberal e viviam a decadência ou a instabilidade econômica, caso de Joaquim Nabuco (1849-1910) e de André Rebouças (1838-1898). Seu acesso à corte do imperador, garantia-lhes empregos e favores, mas não conseguiam suplantar sua posição secundária no sistema político, controlado pelo Partido Conservador. Eram críticos de toda a ordem socioeconômica que o partido adversário erigira, a começar pela grande propriedade e pela escravidão.

Os Liberais Republicanos, como Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Salvador de Mendonça (1841-1913), tinham também vínculos com o Partido Liberal, mas não eram nascidos na elite, não tinham vínculo com a agrolavoura, nem acesso à corte do Imperador. No estilo self-made-men, eram profissionais liberais urbanos, sobretudo jornalistas, que se insurgiam contra a falta de oportunidades de carreira política. Falavam em prol da descentralização política e de mudanças nos critérios de representação política, tendo em mente o modelo norte-americano.

Esses dois grupos eram extrapolações das dissidências do Partido Liberal e se mobilizaram basicamente por causa de sua marginalização política.

Já os Positivistas Abolicionistas da Corte, do Recife e de São Paulo sofriam também de marginalização social. Tinham nascido em estratos médios, economicamente estagnados, caso de Miguel Lemos (1854-1917), Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), ou tinham adentrado as vias abertas no ensino superior, mas se viam suplantados na ocupação de postos públicos por rebentos da elite imperial. Isso vale para Antonio da Silva Jardim (1860-1891), Aníbal Falcão (1859-1900) e José Isidoro Martins Jr (1860-1904). Estavam todos alijados tanto da corte do Imperador quanto dos partidos políticos e se rebelaram primeiro contra a qualidade do ensino e o bloqueio do acesso aos postos da burocracia de estado, preenchidos em concursos públicos fraudulentos.

Os mais distantes dos núcleos de poder do Segundo Reinado eram dois grupos regionais, dotados de recursos econômicos próprios, sem acesso à sociedade corte do imperador e aos partidos imperais. Os Federalistas Positivistas do Rio Grande do Sul, como Júlio de Castilhos (1860-1903) e Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), formaram-se para estancieiros, engajados em negócios ao largo da agrolavoura de exportação. Eram sistematicamente desfavorecidos pelo Partido Liberal, então no controle

de sua província. Agrupados a partir do curso de direito em São Paulo, reclamavam poder político local e mais liberdade para seus negócios.

Os Federalistas Científicos de São Paulo tinham demandas parecidas. Gente como Luiz Pereira Barreto (1840-1923) e Alberto Sales (1857-1904) vinham da pujante economia nova do café, abrindo o Oeste Paulista e estavam insatisfeitos com a lentidão das reformas de infra-estrutura, condição de expansão de seus negócios, e com os entraves da sociedade estamental e do sistema político à transformação de seu poderio econômico em postos de poder político. Reclamavam sobretudo autonomia provincial, andando perto do separatismo, e reformas nos mecanismos de representação política.

A comunidade de experiência unindo esses grupos é a situação de marginalização: pelas instâncias de poder político e, à exceção dos Novos Liberais, pelas regras aristocráticas da sociedade de corte na distribuição de cargos e recursos. A insatisfação com esse estado de coisas, contudo, não virou contestação ao status quo imperial automaticamente. Para que isso ocorresse era preciso mais que uma estrutura de oportunidades políticas favorável. Tinham de encontrar formas de expressão que em si mesmas evidenciassem seu dissenso com o sistema de dominação do Segundo Reinado. Foi em busca delas que vasculharam o repertório europeu e a própria tradição imperial.

3. A tradição inventada

A tradição brasileira já nasceu de uma reforma, como tentativa de diferenciação em relação à metrópole. Esse talvez seja o seu traço principal, a afirmação de um repertório de formas de pensar que não sendo de origem autóctone precisava ser modulado, de uma parte, pela invenção de uma tradição nativa – ahistórica ou desvinculada da história da metrópole. Esse esforço de diferenciação foi o serviço do indianismo. Doutro lado, para não se desvincular da civilização ocidental, a construção de um pensamento brasileiro teve de contemplar a tradição européia com a qual a nação jovem precisava romper. Daí a operação delicada de simultaneamente expurgar e incorporar o repertório ocidental herdado.

Durante o Primeiro Reinado e a Regência, brigaram definições da nacionalidade, modelos de estado e cepas de liberalismo, como Faoro (1976) e Bosi (1988), por exemplo, registraram. Nos inícios do Segundo Reinado houve um apaziguamento. A Conciliação foi não só um arranjo político entre facções da elite política antes em guerra, mas também

uma espécie de acordo espiritual, projeto intencional e duradouro de definição da nacionalidade, em torno do qual se puseram acordes liberais e conservadores.

Seu teor não nasceu de livros de doutrina. Debates de idéias e de estratégias políticas estavam totalmente imbricados – já que não havia, como disse antes, um campo intelectual autônomo. Os líderes partidários, senadores e deputados, simultaneamente definiram as instituições centrais do Segundo Reinado e sua legitimação simbólica. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se albergavam todos os políticos de proa do Império, fez boa parte da tarefa (Salgado Guimarães, 1988). Natural, pois, que fossem especulares as instituições e as idéias.

Nesse tempo saquarema, como o chamou Matos (1987), a dominação social esteve a cargo dos Conservadores fluminenses, mas a imagem da sociedade imperial que então se constituiu expressava os valores compartilhados por toda a elite imperial. É que eles descreviam os alicerces de sua sociedade e de suas instituições políticas.

A criação dessa tradição nacional alimentou-se de duas fontes: o repertório europeu e a experiência nacional. A apropriação de idéias estrangeiras foi seletiva e interessada. Do repertório contemporâneo, a elite imperial colheu elementos que lhe ajudasse a forjar uma couraça contra as intempéries amargamente vivenciadas durante a Regência e o Primeiro Reinado. Essa experiência brasileira deu os parâmetros para a triagem de idéias no repertório estrangeiro.

Olhando para a Europa convulsa da metade do século XIX, foram atraídos por idéias aptas a exorcizar os fantasmas que os assombravam, o despotismo do Príncipe e a revolução popular. Escolheram se embeber dos princípios de políticos exitosos em esconjurar esses males. O pensamento francês da Restauração foi sua grande fonte. Guizot, Thiers, Royer-Collard viraram seus autores de predileção, de onde veio um liberalismo moderado, que previa a hierarquização dos cidadãos e a contenção dos excessos do poder executivo. Esse liberalismo demarcava como cidadãos plenos os proprietários. Seria essa a condição indispensável para a independência de opiniões políticas. Configurava-se o que Florestan Fernandes (1975) chamou de “liberalismo estamental”, cujo mínimo elemento não era o indivíduo, mas a família. Seu chefe exercia a cidadania plena, representando a si mesmo e aos seus dependentes, restringidos em direito por conta de suas incapacidades. Mulheres, crianças e homens sem renda já estavam de fora no modelo francês, o brasileiro acoplou os escravos. Conservadores, como o Visconde de Uruguai, e Liberais, como Zacarias de Góes e Vasconcelos, conjuntamente

advogaram essa restrição dos direitos políticos, já que não havia povo apto a exercê-lo. Dizia esse último (1876:38-39): “A nossa constituição admitiu a soberania do povo no bom sentido (...) as famílias que se reúnem tem o direito de governar o país.” Nessa formulação, não democrática, o liberalismo casava sem problemas com a escravidão.

A orientação católica herdada da metrópole foi mantida. A forma de governo monárquica era ela própria emanação da vontade divina. O absolutista francês Jacques Bossuet era sempre citado, por conta de sua vinculação do direito monárquico ao direito divino. Por obra de deus, o rei concentrava legitimamente todos os poderes terrenos. Esse catolicismo hierárquico, em versão medievalista, estratificava rigorosamente a sociedade. Mas era também a porta para por para dentro aqueles que o liberalismo fechara para fora. Os menores - mulheres, homens livres pobres, escravos – eram aceitos na mesma comunhão, incorporados simbolicamente. Como religião de estado, o catolicismo continuava garantindo a exclusão política desse seu rebanho. A igreja auxiliava o estado no controle social lá nos rincões e garantia que as eleições, sediadas pela igrejas, seguissem o roteiro traçado na Corte. Para consumo próprio, a elite imperial deu ao catolicismo um ar mais abstrato, com a incorporação do ecletismo filosófico de Victor Cousin. Era um espiritualismo atenuador de confrontos, andando em direção das sínteses, fugindo de afirmações dogmáticas. Funcionava como bálsamo para os conflitos intra-elites, replicando nesse plano a Conciliação política. Um catolicismo litúrgico, que prescindia da fé.

No pacote veio o romantismo, na versão de Chauteaubriand e Lamartine. Desinflado de ímpetos revolucionários, derramado em sentimentalismo e embebido em forte dose de religiosidade, fazia par perfeito com o catolicismo hierárquico. Primeiro Gonçalves de Magalhães, na epopéia, depois José de Alencar, no romance, levaram a cabo a empresa de expressar a experiência brasileira nessa chave romântica. O problema era espinhoso. Tratava-se de construir uma definição da identidade nacional compatível com as instituições políticas. Na forja da nacionalidade deveria entrar a marca da civilização européia da qual a nação nova queria fazer parte. Daí a construção da imagem de um bom colonizador português. Mas era preciso compensar essa filiação à Europa com um elemento de singularização. Ora, não ficava bem uma representação da brasilidade que contemplasse os escravos, excluídos de cidadania. Não podendo contar com os africanos, os políticos imperiais, que era basicamente o que Gonçalves de Magalhães e Alencar eram, reinventaram a população autóctone, criando uma representação estilizada dos

grupos indígenas dizimados pela colonização. O americanismo da *Confederação dos Tamoios* (1856), de *Iracema* (1865) e *O Guarani* (1857) deu a especificidade da nação nova. Assim se inventou uma tradição aristocrática local, que a sociedade de corte reafirmou recorrendo a nomes indígenas para compor os títulos nobiliárquicos, e a historiografia do IHGB igualmente reforçou, dando às culturas indígenas desaparecidas estatuto de passado histórico como sucedâneo da idade média européia[2].

Esses três núcleos significativos, o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico compuseram a tradição imperial. Eram formas de legitimação que protegiam os pilares do status quo imperial. Essas idéias atendiam, pois, a propósitos pragmáticos, não visavam formulação de doutrinas autóctones ou reprodução das estrangeiras. Sua formulação se nutria de um aguçado realismo político. As idéias estavam a serviço da instituição e da conservação da ordem imperial. De jeito nenhum andavam ao sabor de modas européias.

A tradição deliberadamente inventada nos inícios do Segundo Reinado, como soe acontecer em momentos fundacionais (Hobsbawn, 1984), não se cristalizou em livros de teoria política. Encarnou-se nas próprias instituições e o que não podia se expressar diretamente nelas, a imagem da identidade nacional, ganhou corpo na literatura. Seus princípios só mereceram justificativas explícitas no momento de crise do regime. A partir de fins dos anos 1860, membros da elite imperial, particularmente os Emperrados, refratários a qualquer reforma, subiram ao púlpito do Parlamento para reafirmar a restrição da cidadania aos proprietários de terra; a imagem da identidade nacional como fusão de portugueses e índios e a manutenção da hierarquia social como expressão direta da vontade divina. Disseram então que qualquer ataque à tradição poria a sociedade imperial inteira abaixo. Deram assim a pista para que os grupos marginalizados o fizessem.

4. As bases da crítica

A estrutura de oportunidades políticas dos anos 1870 deu as condições para os grupos marginalizados expressarem suas críticas e insatisfações. O próprio debate entre setores da elite política delineou a pauta de assuntos, os três núcleos significativos da tradição imperial. Faltava, contudo, uma forma de expressão para o dissenso. Dificilmente seria forte e vibrante uma crítica composta nos termos da própria tradição. Isso a ala

[2] Para essa discussão das conexões do romantismo com a política imperial, veja-se Candido, 1993 e Alonso, 1996.

radical do Partido Liberal fazia desde sempre, recorrendo à mesma retórica clássica, aos mesmos exemplos - os positivos tirados da história romana, os negativos, da realidade próxima, a rebelião escrava do Haiti e as revoltas regenciais. A tradição alicerçava sua autoridade na citação de sumidades européias, em geral homens de partido que tinham também escrito ensaios de política e livros de literatura, como os já citados Chauteaubriand, Victor Cousin, Guizot. A crítica tinha de se alimentar de outras fontes, que diferenciasse os marginalizados da elite imperial e desse fundamentação às suas reivindicações. Para transitar do estado de marginalização para a ação de contestação ao estado de coisas que os marginalizava, os grupos da geração 1870 precisavam, pois, de novos recursos intelectuais.

Foram encontrá-los precipuamente no repertório europeu contemporâneo. Havia então doutrinas disponíveis para todos os gostos, do conservadorismo ao socialismo, na literatura e na ciência. Dessa variedade, os grupos contestadores pinçaram seletivamente conceitos, argumentos e explicações conforme sua eficácia para alicerçar uma crítica à tradição imperial. Isto é, foram às teorias estrangeiras orientados por um interesse prático, desleixados da inconsistência teórica que pudesse resultar da combinação de partes de várias delas. Visando primordialmente o debate político, atentaram sobretudo para ensaios de parlamentares europeus e de doutrinadores sociais, sem se aprofundar nos grandes teóricos. Leram, por exemplo, mais o senador Emile Littré que seu mestre Augusto Comte. Souberam do socialismo por Paul Leroy-Beaulieu, não por Marx. As citações são mais de políticos e pensadores da reforma social que de literatos e filósofos.

Os grupos contestadores usaram um critério político de triagem de esquemas de pensamento do repertório europeu, apropriando-se tão-somente daqueles que os auxiliassem a compor uma crítica do status quo e a fundamentar projetos de reforma. A dominância compõe o que Charles Hale (1989) chamou de *política científica,* um conjunto de teorias da reforma social formuladas por vulgarizadores do evolucionismo com um pé na política, caso de Émile Littré, Pierre Laffitte, Jules Simon, Hypollite Taine, Ernest Renan, Paul Leroy-Beaulieu. Deles, os brasileiros tomaram uma teoria evolucionária da história, organizando as sociedades numa escala de desenvolvimento econômico, complexificação social, secularização, expansão da participação política, bem como uma teoria da mudança política, recomendando a expansão da participação política, racionalização das tarefas político-administrativas e a delegação do poder político a uma elite ilustrada, orientada pela ciência.

Esse esquema analítico permitiu aos contestadores tratar da conjuntura brasileira como momento de crise do antigo regime, das bases econômicas, sociais e políticas do mundo aristocrático. Entretanto essa explicação falava de uma desagregação de séculos, começando a explicação ainda na Idade Média. Nação pós-colonial, o Brasil não podia ser interpretado estritamente nesses termos. Era preciso uma mediação entre a evolução ocidental e a história americana. Os grupos contestadores a encontraram na geração 1870 portuguesa, especialmente em Teófilo Braga e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, que produziram análises do processo de colonização engendrado por Portugal e de sua decadência como Império.

Juntando as teorias evolucionistas francesas e as análises da colonização portuguesa, os grupos contestadores puderam reinterpretar os processos de formação do estado e da nação brasileiros. Frisaram a obsolescência da herança colonial e a necessidade de reformas para pôr o país na marcha da civilização ocidental. O Brasil estaria vivendo a crise de decadência de ao menos um dos dois principais legados coloniais: o complexo econômico baseado na tríade latifúndio-monocultura-escravidão e o caráter estamental das instituições políticas imperiais. Esse mal profundo viciaria as demais dimensões da vida social: instituições, hierarquia social e racial, cidadania, relação igreja/estado, definição da identidade nacional, relação público/privado. Daí a necessidade de substituí-las para alcançar o progresso e a civilização moderna. A conjuntura brasileira evidenciaria a crise de desagregação da ordem sociopolítica colonial e reclamaria ação política no sentido de gerar as instituições basilares da civilização moderna.

O outro recurso incorporado pelos grupos contestadores foi sempre negligenciado pelas análises em termos de importação de idéias: a tradição. A contestação se fez usando as próprias armas do status quo. Eventos e personagens da história brasileiros, expurgados na construção saquarema da tradição imperial, foram recuperados como sinalizadores da direção das mudanças que os contestadores propugnavam. Essa apropriação seletiva da própria tradição político-intelectual brasileira ressuscitou a retórica inflamada dos panfletos políticos da Regência, bem como personagens rebeldes, como Frei Caneca e Tiradentes, e sublevações, como a Confederação do Equador e a Praieira, que tinham sido elididos na história oficial do Segundo Reinado. O próprio romantismo não foi de todo perdido. Seu sentimentalismo foi recuperado, agora na acepção de radicalismo político que teve em seu nascedouro na Europa.

A geração 1870 combinou essas duas fontes, o repertório europeu da política científica e a tradição nacional. Seus livros teceram com isso interpretações do Brasil que, simultaneamente, criticavam e dialogavam com o status quo. Não produziram obras de teorias, mas textos de intervenção no debate público. Isto está claro em seus assuntos: são avaliações dos pilares da tradição imperial, do indianismo, do liberalismo, do catolicismo, e de suas instituições, sobretudo a monarquia centralizada e a escravidão.

Há, contudo, diferentes modalidades de crítica conforme o gênero de marginalização que cada grupo sofria na sociedade imperial e conforme também as partes que içaram do repertório europeu e da tradição nacional.

Os liberais republicanos fizeram a crítica do sistema político imperial. Embora responsáveis pelo *Manifesto Republicano*, de 1870, foram o grupo mais próximo da tradição imperial. Em parte ainda usavam suas categorias. Seus panfletos, como *Trabalhadores Asiáticos* (1881), de Salvador de Mendonça, *A Crise da Lavoura* (1868), de Quintino Bocaiúva, e séries de artigos desse último em seu jornal *A República*, como *A Questão Social* (1879), radicalizam as tópicas dos manifestos anteriores do Partido Liberal. Filiaram-se, contudo, mais ao liberalismo do Primeiro Reinado, mobilizado contra o que consideraram restrições da liberdade impostas pelo Segundo. Recorreram à tradição imperial como modo de melhor criticá-la. Assim é que o *Manifesto Republicano* cita a teoria do governo representativo de Bossuet para atacar a inconsistência da legitimação da monarquia brasileira, apoiada em teorias contraditórias, a da soberania popular, baseada no direito moderno, que atribui funções, e a do direito divino, que privilegia pessoas. Regimes desse tipo encontrariam seu momento ideal de substituição em períodos de crise. Então por quê não seguir o chefe do Partido Democrático francês, Leon Gambetta, que acenava com o “oportunismo”? O termo recém cunhado designava uma doutrina política que insistia em investir na linha de mudança mais conforme à tendência do desenvolvimento social e mais propícia à conjuntura, isto é, aquela capaz de implementação mais fácil e de angariar mais apoio. Aplicando o raciocínio ao Brasil, Bocaiúva viu isso na república, não na escravidão.

Juntando elementos da tradição imperial a cepas da política científica, os liberais republicanos construíram uma interpretação da conjuntura como crise de decadência do regime político herdado da Metrópole. No *Manifesto Republicano*, a opção monárquica do Primeiro Reinado é lida como extensão do “despotismo colonial” imposto sobre a soberania nacional que, apenas na Regência, teria vindo a tona, para logo ser outra vez

soterrada por novo despotismo, o do Segundo Reinado. A Regência é salva da imagem de barbarismo que a tradição imperial lhe atribuía, e, em inverso, o mesmo sentido é transferido para a monarquia que, com sua supercentralização político-administrativa teria sufocado a nação. Desse regime "imposto" emanariam todas as disfunções do regime político, das fraudes eleitorais ao sobrepeso do poder moderador. Assim, a forma de governo é responsabilizada pela decadência. A solução: a república federativa. Esse regime político "moderno" seria o único modo de consertar os estragos provocados pelo antigo. A república é justificada também a partir do americanismo. O conteúdo indianista que lhe dera o romantismo de Alencar é substituído por uma exaltação das virtudes do federalismo norte-americano. Tudo isso vem descrito em linguagem organicista, em que termos da biologia ganham relevo: a crise é uma "gangrena" que afeta todo "corpo social".

O evolucionismo encaminha a opção por reformas graduais: a abolição da escravidão, a laicização do estado, o fim das instituições políticas vitalícias, tudo isso compunha a pauta de reformas necessárias. Textos de Paul Leroy-Beaulieu sobre mudança social e ordem política, particularmente suas reflexões sobre a formação do proletariado, são a fonte de Bocaiúva para tratar da *Questão Social* brasileira. Nos artigos desse nome, a análise comparada da situação brasileira com congêneres européias ressalta a crise de decadência e a emergência de novo gênero de conflito, opondo "o capital e o salário" (QS:497). A maneira de evitar uma revolução socialista não podia ser a submissão das massas via a religião de estado. Antes, a reforma gradual, promovendo a educação das massas e expandindo os direitos políticos, conforme fizera a França. A reforma "oportuna" consistia precisamente em desinflar a revolução fazendo reformas, não na ordem social, mas nas instituições políticas, implantando a federação e a república.

Os Novos liberais também combinaram traços da tradição imperial com teorias da política científica, mas geraram uma explicação que ressaltava a dimensão socioeconômica da herança colonial. Embora *O Abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco, seja o livro seja mais bem acabado do grupo, textos de André Rebouças, como *Garantia de Juros* (1874), e *Agricultura Nacional – Estudos Econômicos (Propaganda Abolicionista e Democrática)* (1883) e de Rui Barbosa, como *Abolicionismo* (1885), *Questão Militar* (1887), e *Queda do Império* (1889) exprimem teses correlatas.

Como nos textos dos liberais republicanos, *O Abolicionismo* não adota uma teoria unificada. Apropria-se da tradição imperial e de teses da política científica, para construir seu próprio quadro da decadência.

Da tradição recuperara uma linhagem de reformadores nacionais, que juntava liberais como José Bonifácio e Tavares Bastos a conservadores moderados, caso de Rio Branco. A veia católica da tradição também foi mobilizada contra si mesma. Referências cristãs vinham deslegitimar moralmente a escravidão (OA:76ss). Idem para o romantismo. A poesia de Castro Alves e a literatura estrangeira de Walter Scott e, sobretudo *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, foram usadas contra o indianismo, para pôr em relevo a escravidão. Do panfletismo dos liberais radicais dos anos 1860 veio ainda o estilo incisivo.

De várias fontes da política científica, opúsculos, discursos, artigos de jornal vieram metáforas, sobretudo da química, e citações de autoridades científicas. Os argumentos bebem largamente da teoria evolutiva do deputado e historiador alemão Theodor Mommsen (1817-1903). Em sua *História de Roma* (1854-5) reconstruiu a história ocidental dando ênfase à economia, enfatizando a desagregação da ordem feudal e a formação da sociedade capitalista. Nabuco incorporou esse ângulo ao reconstruir a história brasileira, mas a especificou com a análise da colonização portuguesa de outro historiador e político, Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894). Em *História de Portugal* (1879) e *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880), a decadência na Ibéria é descrita em tom fatalista, com referência ao ciclo vital. O Brasil teria sido colonizado na hora da degeneração. O estado-nação teria se fundado, Nabuco daí deriva, sobre as bases socioeconômicas viciadas do trinômio latifúndio-monocultora-escravidão (OA:106ss). A Independência apenas as nacionalizara. A centralidade da escravidão se mantivera, reverberando efeitos deletérios para as instituições políticas, para a economia, para a sociabilidade e para o próprio caráter nacional, impedindo a formação de um povo brasileiro. A “obra da escravidão” seria a “decadência prematura” (OA:119) da nação jovem.

Esses traços são comparados à colonização inglesa dos Estados Unidos, onde tudo teria se passado ao contrário: pequena propriedade, fomento à imigração de mão-de-obra livre, diversificação econômica. O americanismo dos novos liberais discrepa do indianismo, mas também do dos liberais republicanos, ao adotar os Estados Unidos como modelo de sociedade, não como modelo político. A viabilidade da república nas Américas é avaliada a partir da colonização espanhola, que teria gerado pulverização territorial e despotismo político, sem trazer o desenvolvimento econômico dos ianques. Nesse balanço, Nabuco conclui, a monarquia constitucional teria sido a parte positiva do legado colonial

português, garantia da ordem e da liberdade, evitando guerras fraticidas e militarismo (OA:167). Isso também explica sua predileção por Oliveira Martins e Mommsen, dois monarquistas. Seu liberalismo, contudo, não é mais o da comunidade de famílias patriarcais. O individuo comparece aqui, na esteira de Stuart Mill, como nova sede de direitos. A escravidão tão bem acolhida pelo liberalismo estamental, passa a contradizer esse "novo liberalismo".

A reforma principal seria a modernização social e econômica e nisso seguia *La Réforme intellectuelle et morale* (1871), de Ernest Renan. Renan pensou numa política científica que contemplava as liberdades individuais, sem contudo cair num governo de massas. O modelo era a monarquia liberal inglesa, com sua ênfase nas garantias das minorias, mas ideando uma concentração de poderes reformistas na coroa.

Os positivistas abolicionistas privilegiaram no repertório da política científica pensadores afinados com programas de políticas sociais. *Em Apontamentos para a Solução do Problema Social no Brasil* (1880), de Teixeira Mendes, Anibal Falcão e Teixeira de Souza; A *Fórmula da Civilização Brasileira* (1883) de Anibal Falcão e em *Positivismo e a Escravidão Moderna* (1884), seleta de textos editados por Miguel Lemos, compuseram uma teoria positivista da formação brasileira. Esses escritos estão cheios de referências a Comte e a outros "sábios" e cientistas. A linha de argumentação vem de Pierre Laffitte, sucessor oficial de Comte, que se dedicou a escritos e ações de proselitismo em favor de políticos reformistas da Terceira República, como Jules Ferry e Gambetta (Nord, 1998).

A linguagem científica e a crença na lei dos três estados dão aos textos dos positivistas abolicionistas um ar todo novo, discrepante da oratória imperial. Essa distância está também na referência elogiosa a atores políticos revolucionários, como Danton e Toussaint-Louverture, líder da revolta escrava do Haiti. Mas a ruptura não é completa. Filiaram-se à tradição imperial, acentuando sua tonalidade luso-brasileira, que incluía Camões e José Bonifácio. Mantiveram também a liturgia católica, sob a roupagem da religião laica da humanidade. Daí vem a crítica moral à escravidão, responsável pela degradação tanto do produtor quanto do produto do trabalho, do escravo e do senhor, que contaminaria as instituições (PEM:31).

A interpretação sobre a formação social brasileira, que está em *Apontamentos para a Solução do Problema Social no Brasil*, baseia-se na "teoria positiva das forças sociais", de Laffitte. Aí a história ocidental é lida como transição paulatina do "regime militar", de

base agrícola, católica e monárquica, para o "industrial", urbano, científico e republicano. O motor da passagem de uma outro estaria na acumulação de "capital humano" ao longo de gerações. Ela só se faria mediante a intervenção centralizadora do estado, sem o que o capital se dispersaria no consumo individual. Aplicando o raciocínio ao Brasil, os positivistas abolicionistas demandavam maior intervenção do estado e fim da "propriedade sobre o capital humano". A escravidão, instituição do estado teológico-militar, seria incompatível com o período industrial, no qual a vida social e a atividade econômica pressuporiam a liberdade. Anacrônica, existiria apenas onde o estado industrial ainda não se implantara completamente. Esse o caso dos países coloniais. Assim, a escravidão brasileira seria uma transposição "aberrante", sobretudo em seu formato racial, ausente na servidão antiga. Essa "sobrevivência" degradaria a economia e a sociabilidade (PEM:29) e impediria a implantação da moderna sociedade capitalista entre nós.

Em *A Fórmula da Civilização Brasileira (Deduzida da apreciação dos seus elementos essenciais definitivamente reunidos pela luta holandesa*), a análise econômica é completada por uma teoria cultural, que enfatiza a constituição do povo brasileiro. A colonização portuguesa é particularizada em relação ao padrão de evolução ocidental. O estatuto de colônia teria feito com que no Brasil a formação da nação precedesse a do estado.

A análise desse processo parte da existência de dois padrões culturais resultantes da crise do catolicismo medieval, na transição do estado teológico para a modernidade, o ibérico e o protestante. No Brasil, a expulsão dos holandeses seria o marco de fixação de uma cultura ibérica. Aí teria sido garantida a unidade territorial. Para a formação da nação, a "noção positivista de pátria" (FCB:85) prescrevia ainda governo e tradições comuns, base do "caráter nacional". A cultura ibérica teria legado sua noção de comunidade ao invés da de indivíduo como base da nacionalidade. Essa manutenção da família como célula da vida social, a hierarquia social daí decorrente, e o caráter centralizador do estado seriam o legado positivo da colonização portuguesa – e nisso está a continuidade dos positivistas abolicionistas com a tradição imperial.

Essa família nacional teria definido seus componentes na guerra contra os holandeses, quando os portugueses tiveram de incorporar os "fetichistas negros e amarelos" (FCB:88), para comporem seu exército. Aí nascera a nação brasileira, incluindo três povos, portugueses, indígenas e africanos. E aí o elogio da tradição imperial acaba. Ao indianismo os positivistas abolicionistas contrapunham uma idéia de nacionalidade como

síntese de três “raças”, outra herança colonial positiva. Assim, os melhores traços de cada uma delas teriam se incorporado à nacionalidade. A “teoria sociológica das raças” tirava peso do elemento biológico, falando de combinação de culturas conforme funções sociais: intelectiva (branco), ativa (amarelo) e afetiva (preto). Essa hierarquia não seria de natureza, mas resultado do desenvolvimento social. Africanos e indígenas “não estão senão retardados na marcha da civilização” (FCB:96). Nessa interpretação, o processo de formação do estado-nação tinha de ser completado, não reduzido a tabula rasa. Faltava para isso não só abolir a escravidão, mas promover a “incorporação” econômica e moral do ex-escravo à sociedade.

Faltava também o regime político adequado. A obsoleta monarquia devia ser substituída pela república moderna, conforme a política científica recomendava. Todavia, a precedência devia ser dada à questão mais oportuna, a “solução do problema social” (PEM:34) que era a escravidão.

Os federalistas científicos paulistas e os federalistas positivistas gaúchos escreveram uma grande quantidade de livros e artigos de interpretação do Brasil. Os primeiros lançaram, por exemplo, *Soluções Positivas da Política Brasileira* (1880), de Pereira Barreto; *A Pátria Paulista* (1887) e o *Catecismo Republicano* (1885) de Alberto Sales. Os segundos, *A Revolução Riograndense* (1881), *de* Ramiro Barcelos e *O Oportunismo e a Revolução* (1880); *A República Federal* (1881), de Assis Brasil. *Política Republicana* (1882), de Alberto Sales, mais ou menos sintetiza os argumentos de todos eles.

Autoridades da tradição imperial, como Guizot e Laboulaye, são usados contra as instituições do Segundo Reinado. Mas a política científica dá a chave explicativa e o estilo, bordado de citações, conceitos e metáforas científicas. Uma teoria da organização social é cosida a partir de Comte e Spencer: a dinâmica moderna oporia forças de conservação e de renovação que estratificam a sociedade em classes, dando prevalência à competição e ao mercado, operando conforme o princípio de sobrevivência do mais apto (PR:55ss). Os argumentos mais relevantes, contudo, vem de doutrinadores com atividade política republicana. A começar por Emile Littré que, além discípulo rompido com Comte por conta de sua guinada política ditatorial, era respeitado na França como enciclopedista e ativista republicano. Outros republicanos “oportunistas” conciliadores dos princípios liberais com a teoria comteana completam o time, como o inglês John Stuart Mill e o chileno José Victorino Lastarria.

De Littré vem uma versão da Lei dos Três Estados que dá proeminência à política. As formas de governo teriam evoluído no Ocidente rumo à soberania popular. A Revolução francesa, sempre execrada no Império, é festejada como inaugurando a sociedade moderna. Nela, deveria vigir o "governo semecrático", nome que Lastarria deu à combinação das idéias liberais de direitos individuais e igualdade perante a lei com o evolucionismo positivista e sua defesa de direitos sociais. Tudo gerido por uma burocracia eletiva (PR:63-4). A monarquia seria, em contraponto, arcaica, "governo de privilégios", em processo de desaparecimento em todo o Ocidente (PR:104ss), como os exemplos da Rússia; Itália, Espanha e Portugal (PR:183-5) deixariam entrever. Stuart Mill acrescentara ao ideal comteano de reforma social as liberdades políticas e econômicas individuais que, como na tradição imperial, seriam negativas, isto é, garantias contra a intervenção do estado. A divisão e a limitação do poder político – e não a intervenção do estado na sociedade – delinearia o bom governo. Essa teoria democrática da política, inclusive com aumento da participação política, como corolário da evolução social, Sales adotava.

A tese geral correlacionando desenvolvimento social e político requisitava, contudo, especificação para falar da curta história brasileira. Mais uma vez, a geração 1870 portuguesa faz a mediação. O destaque aqui é o republicano, positivista, antiromântico Téophilo Braga, sobretudo suas *Soluções Positivas da Política Portuguesa* (1880), que ancoram a "Crítica da Política Monárquica" brasileira, segunda parte do livro de Sales.

Daí nasce uma interpretação do passado colonial brasileiro. A ênfase não está no processo de colonização, como para novos liberais e positivistas abolicionistas, mas na *adaptação* das instituições políticas herdadas à nova sociedade. Como os positivistas abolicionistas, Sales argumenta que a nação precede o estado nacional. A índole "democrática" da nação teria sido sufocada pela forma monárquica da Metrópole (PR:253), mantida pós Independência pela elite. Donde o contínuo antagonismo entre a nação "subjugada" e o estado "opressor", eclodindo nas revoltas coloniais e regenciais contra o "despotismo imperial". Sales invertia, assim, a justificativa da elite imperial para seu modelo político, que sempre punha o estado como construtor e civilizador da sociedade nacional. Ao contrário, a monarquia teria gerado anarquia, violência, opressão. Sua base seria o medo, não a liberdade.

Todos os problemas brasileiros são atribuídos a esse mal de origem. Liberais e conservadores são igualados como responsáveis. Suas cisões e crises são apontadas como

evidências de decadência da monarquia "artificial". Em *República Federal* (1881), Assis Brasil, em nome dos federalistas positivistas gaúchos, seguiu na mesma pegada. Amparado basicamente em Téofilo Braga, argumenta que no Brasil jamais existiu uma sociedade feudal nos moldes das européias. Daí insistir, como Sales, que a decadência brasileira diz respeito às práticas patrimonialistas de uma elite encastelada numa forma "artificial" de governo, a monarquia. Nada disso é referido à formação socioeconômica, mas ao modelo político. Mesmo a religião de estado é vista desse ângulo, como mais uma restrição às liberdades.

A escravidão também é vista sob ótica comteana como "aberração" (PR:408) inaceitável no estado industrial. Sales via nela sobretudo, como os liberais republicanos, um "grande erro econômico" (PR: 416), fruto das desastradas opções econômicas da colonização, a mineração e o tráfico. Como instituição, teria impregnado o "caráter nacional" (PR:419ss). Daí a defesa ardorosa da imigração como solução para a questão do trabalho (PR:424).

Mas o fulcro do problema, Sales avançava, eram assuntos que mais de perto incomodavam paulistas e gaúchos no Segundo Reinado: a centralização política que desfavorecia suas províncias nas deliberações nacionais (PR: 387ss) e o sistema tributário que drenava seus recursos para o "insaciável erário nacional" (PR: 437). Para evidenciar o atraso decorrente, Sales comparava o Brasil a outros países da América Ibérica, onde a descentralização teria gerado as condições para o desenvolvimento - educação e infra-estrutura. A ausência de tudo isso no Brasil era culpa dos entraves do sistema político e, nele, das instituições centrais e vitalícias, resistentes à inovação e à mudança. Havia ainda os problemas sempre cantados pelos liberais: o desequilíbrio na representação política das províncias, a falsificações do sistema eleitoral indireto e censitário.

Sales e Assis Brasil, gaúchos e paulistas, usavam a política científica para denunciar suas duas marginalizações, econômica e política. A solução, tirada de Stuart Mill, de Teófilo Braga e de Lastarria, é a federação. A República é o passo para ela. O tamanho do território, a variedade econômica e social brasileira a encaminhavam desde o nascedouro da nação. O Império teria obstado esse caminho natural. Os Estados Unidos, com sua federação, seu regime de direitos civis e políticos, seu respeito às diferenças de crença, aparece como modelo. Lá sim, o regime político propiciava o desenvolvimento das diversas potencialidades da nação.

A "política do oportunismo", dos estadistas do tempo, Cavour e Mazini na Itália; Thiers e Gambetta, na França, mandava reformar na direção do próprio desenvolvimento social. As reformas não criariam a civilização, ajustariam as instituições a ela. Então, nem toda medida boa seria oportuna (PR:567ss). Dada sua centralidade, o modelo político se imporia. A República federal era mais oportuna que a abolição da escravidão.

Esses livros são exemplares de cada grupo e do modo pelo qual a geração 1870 lidou com o repertório estrangeiro. A geração 1870 foi mais comparativista que imitativa. Foram aos escritos de outras gerações 1870, a francesa e a portuguesa particularmente, porque lá estavam reflexões sobre experiências similares às suas próprias. A mudança social acelerada com a constituição do capitalismo em vários países, seguida em muitos de trocas de regime e processos de secularização davam exemplos de caminhos a seguir e a evitar. Este pendão comparativo veio da experiência de vários membros do movimento que assistiram pessoalmente crises similares à brasileira, viajando pela Europa e pela América

Do que viram e leram, a "política científica" foi o que mais de perto reverberou sobre suas situações de marginalizações. Ela forneceu linguagem e esquema explicativo para construir interpretações do Brasil em dissonância com a tradição imperial. A história nacional deixou de ser lida sob o signo da singularidade que o indianismo e a historiografia do IHGB enfatizavam e passou para a chave da modernização rumo a um padrão comum a todo o Ocidente. Nesse diapasão, a conjuntura brasileira tornou-se parte de crise da sociedade e das instituições políticas aristocráticas. Mas foi também particularizada por conta de suas peculiaridades coloniais. Teses sobre o declínio do Império Português permitiram tratar os problemas brasileiros como desagregação da ordem sóciopolítica legada pela colonização. A conclusão: a impossibilidade do país seguir a Marcha da Civilização carregando os pilares coloniais da sociedade imperial - um regime político aristocrático, uma economia escravista, uma monarquia católica.

Essa perspectiva comum desdobrou-se em modalidades de interpretação. A de Liberais republicanos e federalistas científicos era institucionalista, privilegiando o processo de formação do estado nacional. O cerne da herança colonial negativa era a forma de governo. Dela derivavam-se os demais problemas. Positivistas abolicionistas privilegiaram a formação da nação brasileira, numa interpretação culturalista e os novos liberais encaminharam uma explicação socioeconômica, focalizando o trinômio latifúndio-monocultura-escravismo como legado da metrópole. Essas diferenças de ênfase, contudo,

não devem empanar o ponto comum, a crítica ao caráter oligárquico das instituições políticas imperiais; à escravidão como base da economia e da cidadania; à religião de estado; ao clientelismo, ao indianismo. O sentido dos escritos da geração 1870 foi, numa palavra, a contestação dos valores e instituições da ordem imperial.

5. O Reformismo

Marginalizados pelas instituições políticas, os grupos contestadores propunham reformas estruturais e especulares em relação à ordem imperial[3].

Pediam todos uma reforma do estado. Viam o estado burocrático-legal como condição sine qua non do ingresso na modernidade. A descentralização político-administrativa e tributária, garantias de livre exercício das atividades produtivas, bancária e comercial e a criação, pelo estado, da infra-estrutura de comunicações e transportes gerariam as condições para a expansão do capitalismo. Nesse pacote entrava a secularização das instituições. A separação igreja/estado, à exceção de positivistas abolicionistas, era desejada também como meio de incentivo à imigração protestante.

Nas instituições políticas, prolongavam o Partido liberal, pedindo extinção ou diminuição drástica de prerrogativas dos postos vitalícios (poder moderador; senado; conselho de estado); independência do judiciário em relação ao executivo como garantia de lisura eleitoral e mudança dos critérios de representação política. Iam, contudo, além, demandando federação. Para federalistas científicos paulistas e gaúchos e positivistas abolicionistas, num modelo com alta autonomia das províncias e municípios confederados. Liberais republicanos e novos liberais queriam uma descentralização mais moderada, com os últimos mantendo a monarquia que todos os demais rifaram.

A ampliação da cidadania era outra parte substanciosa das reivindicações. Nesse pacote, entrava o habeas-corpus e a liberdade de imprensa. Os direitos políticos seriam

[3] As reformas listadas nesse item se baseiam nos livros já citados, bem como em: *Manifesto Republicano; Circular aos Srs eleitores do 1o. distrito do município neutro* (10/12/1885); *Ao Partido Republicano* (22/05/1889); *Assembléia do Partido Republicano* (3/07/1873), dos liberais republicanos; *Partido Republicano. Programa dos Candidatos – Eleição na Província de São Paulo* (1881); *Política Republicana*; *Bases para a Constituição do Estado de São Paulo* (1873) e o *Manifesto Republicano* (1880), dos federalistas científicos paulistas. *Bases do Programa dos Candidatos Republicanos* (1884); *Liberdade Vitoriosa* (16/08/1884), para os federalistas positivistas gaúchos. Para os positivistas abolicionistas: *A Liberdade Espiritual e a Organização do Trabalho. Considerações histórico-filosóficas sobre o movimento abolicionista. Exame das idéias relativas a leis de organização do trabalho e locação de serviços. Programa das reformas mais urgentes* (21/04/1888); *Positivismo e escravidão moderna* (1884) e *Normas Republicanas. Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco* (11/12/1888). Para os novos liberais: *Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* (1880); *O Abolicionista* (1880); *Garantia de Juros* (1874); *Agricultura Nacional – Estudos Econômicos* (1883); *Nacionalização do Solo* (1884).

ampliados, no formato mais participativo dos positivistas abolicionistas e de parte dos federalistas positivistas gaúchos, ou mais representativo dos demais grupos. Queriam todos a generalização não só do do voto, mas da prerrogativa de lançar candidaturas. Federalistas científicos paulistas e parte dos gaúchos pediam efetivamente sufrágio universal, incluindo progressivamente as mulheres e imediatamente os analfabetos, que os liberais republicanos excluíam. No conjunto, a cidadania deixaria de ser referida ao pater família, encontrando sede na célula da sociedade moderna, o indivíduo. Os positivistas abolicionistas destoavam, definindo o voto como função social, e não como direito individual.

A universalização de direitos civis, demandada por todos, imbricava com a laicização do estado e o conseqüente registro civil de nascimento, casamento e óbito e a liberdade religiosa. Mas dizia respeito sobretudo à abolição da escravidão. Todos os grupos contestadores a queriam. Liberais republicanos, contudo, a propunham gradual e os federalistas científicos pensavam em sua federalização, com cada província abolindo no seu próprio ritmo, enquanto fariam políticas de atração de imigrantes. Novos liberais, positivistas abolicionistas e federalistas científicos gaúchos falavam em abolição imediata e sem indenização aos proprietários. Seu ângulo não era a economia, mas a justiça. Iníqua, a escravidão seria insustentável na civilização moderna. Justiça, todavia, só se faria indo além da abolição, com uma rede de proteção social aos trabalhadores. Outro direito social defendido por todos os grupos era a universalização do ensino básico. Em maioria, contudo, pensavam que a iniciativa privada devia repartir a tarefa com o estado.

Na política externa, opunham ao "imperialismo" do Partido Conservador sobre o Prata, a solidariedade continental. Escaldados com a recente guerra contra o Paraguai, todos os grupos contestadores eram pacifistas.

Em consonância com as ênfases explicativas, os grupos se dividiam quanto à sociedade ideal resultante das reformas. Os positivistas abolicionistas pendiam para o iberismo. Anti-imigrantistas, queriam uma sociedade nacional totalmente autóctone. Sendo a sociedade moderna urbano-industrial, a reforma agrária seria inócua, o escravo acabaria operário. Daí a preocupação em impor limites ao capitalismo com políticas sociais. O estado substituiria o senhor patriarcal no "protetorado" ao povo. Para isso, deveria ser um executivo forte e centralizado, amparado num regime eleitoral plebiscitário.

Todos os outros grupos eram americanistas e mantinham o sistema representativo. Para Liberais republicanos e federalistas científicos o modelo era a república federativa, democrática com um capitalismo baseado na mão de obra imigrante. Novos liberais buscaram nos Estados Unidos, em contraparte, seu modelo econômico: um imposto territorial rural geraria a pequena propriedade e o incentivo à diversificação econômica e à imigração de famílias empreendedoras, numa espécie de recolonização do país. Os federalistas positivistas gaúchos viam também o imposto territorial como caminho para a pequena propriedade e a atração de imigração européia, mas também tinham urgência da federação e da república. Assim, novos liberais e positivistas abolicionistas davam prevalência à *reforma social*, a abolição da escravidão era sua prioridade. Os demais grupos queriam antes de tudo uma *reforma política,* que instaurasse a república federativa.

Os grupos contestadores estavam acordes quanto ao sentido geral de suas demandas: a modernização econômica, a liberalização política, a laicização do estado. A contestação ao status quo e a proposição desse pacote de reformas mostra que não estamos diante de grupos autônomos, mas de um movimento político. Então, ao invés de defini-lo por preferências intelectuais, como positivismo, novo liberalismo e etc, creio melhor renomeá-lo com uma categoria abrangente que dá conta de seu traço essencial: *reformismo*.

Os caminhos de efetivação das reformas variavam conforme duas linhas ofertadas pela política científica: o *republicanismo* e *o cesarismo*. Liberais republicanos e federalistas científicos queriam novo regime político basicamente pelo voto. Organizaram associações e partidos republicanos, fizeram campanhas de persuação e lançaram candidaturas eleitorais. Positivistas abolicionistas e novos liberais também fizeram propaganda, mas achavam mais eficaz ir pelo alto, transformando o imperador num déspota reformador.

Nenhum dos grupos lançou-se à revolução. E aí se evidencia um traço do reformismo sempre negligenciado pela bibliografia: sua apropriação da tradição imperial. Formas de pensar e agir não são simplesmente imitadas num vácuo cultural. O repertório da tradição dá os parâmetros da própria inovação (Tilly, 1993:265-6). Os reformistas, em parte, incorporaram signos e esquemas de pensamento típicos da tradição imperial. Recuperaram episódios e líderes reformadores silenciados pelo Segundo Reinado – como Caneca e Tiradentes - para erigir, com efemérides e eventos, uma linhagem de reformadores nacionais. E deram novo teor ao americanismo. A política cientifica deu o

estilo e a substância para dialogarem com o indianismo, recusando a singularidade nativista por meio do recurso a um antídoto presente na própria tradição lusobrasileira, a exaltação à cultura ibérica, encarnada em Camões, ao mesmo tempo em que o americanismo passou a sinalizar o ideal de desenvolvimento dos Estados Unidos. A dissolução da geração 1870 em linhagens de americanistas e iberistas (Morse, 1988; Werneck Viana, 1997) perde isso de vista.

Mas a principal apropriação da tradição foi a prevenção contra a entrada massiva do povo na política. À diferença da tradição imperial, atestaram a existência de um povo brasileiro e propuseram sua inclusão disciplinada na ordem sóciopolítica. Aí estava um desdobramento democrático, que explodia a circunferência estamental da cidadania imperial. Mas o reformismo não dava ao povo as rédeas da política. Temia a revolução. Buscava, como os políticos imperiais, reformas controladas.

Os reformistas optaram pela política científica porque ela, e não as teorias da revolução, apontava esse caminho das reformas ordeiras. No contexto de universalização da cidadania civil pós-abolição, ideavam restrições das decisões políticas a uma elite afinada com os novos tempos, que identificavam consigo mesmos. Esse tipo de raciocínio não era nenhuma aberração, corria solto pelo mundo oitocentista, na França e na Espanha, na Prússia e no México. Mas sua adoção ajuda a entender a triagem de teorias estrangeiras. O reformismo prolongou a tradição imperial preservando a distinção entre povo e elite, instituindo um novo tipo de elitismo. Ao invés de alijar o povo, deu-lhe lugar, consagrando-lhe novos direitos. Os reformistas se viam como civilizadores, comandando as reformas e delegando a cidadania. Um elitismo sim, mas benevolente.

A contestação se materializou em atos, dimensão para a qual a bibliografia pouco atentou. O reformismo foi um movimento social no sentido de ter orquestrado mobilizações coletivas de protesto. O conceito de "repertórios de ação coletiva" (Tilly, 1993) ganha seu sentido pleno aqui. Os reformistas buscaram no repertório europeu não só idéias como formas de ação. Nessa hora, sobretudo na Inglaterra e na França estavam sendo criadas as maneiras agora corriqueiras de ativismo político: conferências, comícios, passeatas, eventos político-culturais. Os reformistas as replicaram entre nós. É o caso, por exemplo, da série de eventos culturais que o Teatro Politeama, no Rio de Janeiro, sediou em 1883: execuções de óperas, representações dramáticas, leituras de versos, rifas e até um show de tango. Com esses recursos ampliaram o sentido de opinião pública para além dos senhores proprietários e falaram a outros marginalizados pelas instituições políticas

como eles próprios. Nesses eventos repetiram o sentido de contestação de seus escritos, falando em prol, sobretudo, da abolição da escravidão, da república e contra o indianismo romântico. Além dessa ação fluída, constituíram também associações e partidos, lançaram manifestos e candidaturas parlamentares coligados entre si. Isto é, longe do "alheamento" em relação à realidade nacional (Holanda, 1972), o reformismo adentrou efetivamente a arena política e deu corpo às duas grandes campanhas políticas de contestação à ordem imperial: a abolicionista e a republicana.

6. Heranças

A geração 1870 passa longe do quadro de importação aleatória de idéias, maneira como a bibliografia usualmente a descreveu. Recorreu ao repertório estrangeiro em busca de recursos para a crítica ao status quo imperial e a proposição de reformas. Seu critério de seleção não foram linhagens teóricas, mas a capacidade dos esquemas apropriados de explicar a conjuntura brasileira e apontar linhas alternativas de ação política. Daí sua preferência pela política científica, que deu legitimidade e inteligibilidade às suas demandas, simultaneamente criticando e dialogando com a tradição imperial. Nesse sentido, a seleção de teorias estrangeiras obedeceu uma regra nacional.

O reformismo fez uma incorporação seletivas de esquemas explicativos do repertório da política científica bem como da tradição nacional. Privilegiou elementos capazes de responder à experiência concreta que vivenciam. Daí sua busca de esquemas que ajudassem a interpretar a estrutura de oportunidades políticas aberta com cisão da elite imperial, permitindo opinar sobre os dilemas estruturais do trabalho e da representação política que então viraram o centro do debate público. Esses esquemas precisavam também dar forma de expressão às insatisfações com a marginalização política que viviam, bem como apontar reformas que as eliminassem. Finalmente, era preciso achar noções e idéias que dessem combate às justificações que a sociedade estamental usava para legitimar o status quo e, em decorrência, manter a situação de marginalização. Foi tudo isso que o repertório da política científica ofereceu. Não foi apropriado, pois, com intuito de construir teorias nativas, mas como ferramenta para formular interpretações do Brasil, que apontassem linhas de ação política para os descontentes.

Esse quadro fica obscurecido nas análises que segregam a vida intelectual da estrutura de oportunidades políticas. A identidade do movimento intelectual reside em sua postura comum de crítica política. Pensar em termos de positivismo, spencerianismo,

darwinismo social, novo liberalismo cega essa dimensão crucial, o ataque coletivo à lógica excludente do liberalismo estamental, ao tradicionalismo católico, à definição indianista da identidade nacional, à organização escravista da produção. Isto é, deixa de ver que o movimento "intelectual" da geração 1870 foi, sobretudo, um movimento político de contestação.

Dois legados ele nos deixou: sua interpretação do Brasil e sua interpretação de si mesmo. Muitas de suas propostas viraram instituições: a república federativa, a laicização do estado, a abolição da escravidão, o fim dos cargos públicos vitalícios, a descentralização, a independência do judiciário, a expansão dos direitos civis e políticos, a política externa americanista. Outras idéias ficaram na longa duração. O iberismo e o americanismo, as reformas pelo alto, o sobrepeso aos intelectuais como agentes da mudança. Muitas teses voltaram na boca de discípulos seus na Primeira República. O que Lamounier (1985) acreditou ser uma cepa nova de "pensadores autoritários", foi, na verdade, desdobramento do reformismo. O mesmo vale para os anos 30, quando Gilberto Freire, Sérgio Buarque, Oliveira Vianna, para citar os graúdos, retomaram argumentos da geração 1870 sobre a mestiçagem, a herança colonial, o peso da escravidão e do patrimonialismo na formação da sociedade e do estado nacionais e mesmo algumas de suas aspirações. É paradoxal que autores que tanto aproveitaram idéias dos reformistas tenham contribuído para a lenda de seu destacamento da realidade nacional – cristalizada na designação de seus escritos como formas de "bovarismo" por Sérgio Buarque (1972:113ss)

Esse juízo reverbera a outra herança da geração 1870. Finda a era de reformas, definidos os parâmetros da nova sociedade que tanto propagandearam, muitos reformistas viram-se uma vez mais expelidos pela política institucional. Foram sobretudo esses os que se dedicaram no começo da República a escrever histórias do Império e interpretações da trajetória geracional[4]. Subjetivamente, esses ensaios criavam justificativas ex-post para o afastamento da lida política, em larga medida explicada na base do chamamento para ocupações puramente intelectuais. Daí a autoapresentação como letrados, a ponto de montarem uma Academia Brasileira de Letras. Politicamente, a maioria dos alijados foi gente que não encontrou – ou não quis encontrar – seu lugar junto ao reformismo militarista de Floriano. À guisa de diferenciação, narraram suas trajetórias como apartadas,

[4] Foi quando saíram, por exemplo, biografias de Nabuco de Araújo por Joaquim Nabuco, e de Benjamin Constant, por Teixeira Mendes, bem como histórias da República, como as de Lauro Sodré e Felisberto Freire, e memórias, como as de Silva Jardim.

ou apenas circunstancialmente aproximadas da política, como na célebre autodescrição de Nabuco em *Minha Formação* como político acidental. Essa auto-imagem cristalizou-se em biografias, autobiografias, ensaios que a geração 1870 escreveu sobre si mesma. Esse legado acentuou sua dimensão intelectual e encobriu para a posteridade sua ação empenhada. E para essa outra feição que espero ter chamado a atenção do leitor.

Referências Bibliográficas

ALONSO, A. (1996). “Epílogo do Romantismo”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 39, no. 1

BOCAIÚVA, Q. (1879). “A Questão Social” *in* SILVA, E. (org.). *Idéias Políticas de Quintino Bacaiúva*. Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Casa de Rui Barbosa.

BOCAIÚVA, Q. e MENDONÇA, S. (187O). Manifesto Republicano IN PESSOA, R. C.1973. *A Idéia Republicana no Brasil através dos documentos*. S.P., Alfa-Omega.

BOSI, A. (1988). “A Escravidão entre Dois Liberalismos”. *Estudos Avançados*, vol.2, no.3, set/dez,.

BRESCIANI, M. S. (1993). “O Cidadão da República. Liberalismo versus Positivismo Brasil: 1870-1900”. *Revista USP*, no 17, mar/abr/maio.

CÂNDIDO, A. (1993). *Formação da Literatura Brasileira - Momentos Decisivos*. São Paulo, Edusp/Itatiaia. 2 Vols.

CARVALHO, J. M. (1989). “A Ortodoxia Positivista no Brasil - Um Bolchevismo de Classe Média”. *Revista Brasileira*, Ano 4, no. 8.

CARVALHO, J.M. de. (1980), *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro, Campus.

CARVALHO, J. M. (1989). *Teatro de Sombras*. *A política imperial.* Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice.

CARVALHO, M.A.R. (1998). *O Quinto Século - André Rebouças e A Construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Revan.

CRUZ COSTA, J. 1956. Contribuição à História das Idéias no Brasil. R.J., J.Olympio

CASTRO, C. (1995), *Os Militares e a República - Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FALCÃO, A. (1883) (1933). *Fórmula da Civilização Brasileira – deduzida da apreciação dos seus elementos essenciais definitivamente reunidos pela luta holandesa.*. Guanabara. Rio de Janeiro.

FAORO, R. (1976). *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro.* Porto Alegre, Globo.

FERNANDES, F. 1975. *A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

GOES E VASCONCELOS, Z. (1876). *Reforma eleitoral. Discursos pronunciados no Senado* . Typographia Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRAHAM, R. (1990). *Patronage and Politics in 19th. Century Brazil*. Stanford University Press

GRAHAM, R. (1973) *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo, Brasiliense

HALE, C. (1989). *The Transformation of Liberalism in Late Nineteenth-Century Mexico*. Princeton University Press

HALL, M. (1976). "Reformadores de classe média no Império brasileiro: A Sociedade Central de Imigração". *Revista de História*, no. 105.

HOBSBAWN, E. (1984). "A Invenção das Tradições", *in* HOBSBAWN, E. e RANGER, T. (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra

HOLANDA, S. B. (1972). *O Brasil Monárquico - Do Império à República - História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo, Difel.

LAMOUNIER, B. (1977). "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação" *in* FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano III, vol2*. São Paulo, Difel.

LEMOS, M. (org.). (1884). *O positivismo e a escravidão moderna.* Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.

MANNHEIM, K. (1997). *Essays on the Sociology of Culture*. Collected Works. London/N.York, Routledge.

MATOS, I. R. (1987). *O Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec/INL.

MORSE, R. M. (1988). *O Espelho de Próspero - Cultura e Idéias nas Américas.* São Paulo, Cia das Letras.

NABUCO, J. (1883). (1988) *O Abolicionismo.* Petrópolis, Vozes.

NOGUEIRA, M. A. (1984). *As Desventuras do Liberalismo - Joaquim Nabuco, a monarquia e a república.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

__________. (2000). "Joaquim Nabuco - O Abolicionismo", *in* DANTAS MOTA, L. (org.) *Introdução ao Brasil - Um Banquete no Trópico 2*. São Paulo, Ed. Senac.

NORD, P. (1998). *The Republican Moment. Struggles for Democracy in Nineteeth-Century France*. Harvard University Press.

PAIM, A. (1966), *A filosofia da Escola de Recife.* Rio de Janeiro, Saga.

SALES. A. (1882). *Política Republicana*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger.

SALGADO GUIMARÃES, M.L. (1988). "Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico e o projeto de uma História nacional". *Estudos Históricos*, no.1.

SCHWARZ, R. (1989), "Nacional por subtração", *in* R. Schwarz, *Que horas são?*, São Paulo, Cia das Letras.

SCHWARCZ, L. (1993), *O Espetáculo das Raças*. São Paulo, Cia. das Letras.

SUSSEKIND, F. & VENTURA, R. (1984). "Uma Teoria Biológica da Mais-Valia? - Análise da Obra de Manuel Bonfim", *in História e Dependência - Cultura e Sociedade em Manuel Bonfim*. São Paulo, Moderna.

SWINDLER, A. (1986). "Culture in action: symbols and strategies". *American Sociological Review*, vol 51, april.

TARROW, S. (1994). *Power in movement - Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge University Press.

TILLY, C. (1993). "Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834". *Social Science History*, 17:2.

__________. (1978). *From Mobilization to Revolution.* Reading M.A., Addison-Wesley.

VIANNA, L. W. (1997). *A revolução passiva - Iberismo e americanismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Editora Revan.